

Mulher Indígena: A Trajetória Protagonista de Joênia Wapichana Deputada Federal de Roraima¹.

Regiane Dionizio Lima – UFRR, Brasil.²

O protagonismo da primeira mulher indígena em um espaço de poder, que antes era totalmente caracterizado como machista, patriarcal e dominado por homens. A política foi – e continua sendo – um dos principais espaços, em que o feminismo mais lutou para diminuir as diferenças em relação a representatividade, comparada ao gênero. Hoje a política passa a sentir a presença e sensibilidade feminina, graças aos direitos garantidos de voto e participação por meio de políticas públicas e cotas. A Câmara dos Deputados Federais hoje conta com 238 mulheres eleitas em um total de 513 deputados federais, dentre elas está a primeira mulher indígena eleita a um mandato legislativo. Joênia Batista de Carvalho – Joênia Wapichana –, protagonista nas lutas dos povos indígenas na Câmara dos Deputados, sua história de vida é carregada por trajetórias que legitimam sua bandeira de luta pelas mulheres e povos indígenas. O protagonismo das mulheres indígenas no campo da política deve-se em partes as influências dos movimentos de mulheres (de modo geral), e pela temática de gênero, na busca de igualdade e equidade de direitos. Por tanto, o presente estudo traz como ponto de partida a trajetória de Joênia Wapichana, como um exemplo de liderança nas lutas de gênero, por meio da construção de narrativas e histórias de vida da primeira mulher indígena eleita Deputada Federal de Roraima.

Palavras-Chaves: Mulher Indígena; Gênero; Poder; Trajetória; Deputada.

MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTO

As mulheres de modo geral, vem ao longo dos anos lutando e buscando espaço de visibilidade, sejam eles, na educação, saúde, segurança, política, entre outros com o intuito de promover coletivos mais seguros, com igualdade e equidade de gêneros. A história nos mostra – mesmo que de forma mínima – mulheres que lutaram e lutam em seu tempo buscando promover uma “revolução”, para diminuir as diferenças e opressões vividas em sua época. Mulheres são silenciadas no dia a dia, porém, negras e indígenas segundo pesquisas precisam fazer o dobro de esforços para conseguirem sobreviver e serem vistas, ouvidas e reconhecidas. O relatório do Programa das Nações Unidas para o

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Socióloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista – RR, Brasil. E-mail: regianedionizio@gmail.com.

Desenvolvimento (Pnud) de 2010³, que trazia um panorama da desigualdade na América Latina e no Caribe, mostrando que as mulheres indígenas e afrodescendentes são as mais afetadas com a desigualdade. Assim como também aparece no documento da Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL:

En América Latina y el Caribe, el predominio de la cultura del privilegio se considera un reflejo del legado colonial y de la esclavitud, y las “relaciones sociales producidas por su práctica y las múltiples discriminaciones que persisten hasta hoy tienen un impacto crucial en las desigualdades étnico-raciales en la región” (CEPAL, 2018c, pág. 227). Una de las expresiones de ello ha sido la invisibilización de las mujeres indígenas y afrodescendientes en la discusión tanto de las desigualdades de género como de las propias desigualdades étnico-raciales, lo que, más allá de exponerlas a una doble discriminación, las sitúa en la intersección de ambas condiciones de exclusión, tal como evoca el sentido original del concepto de interseccionalidad propuesto por Crenshaw (2012). (CEPAL, 2019. p. 42-43).

Os dados dos relatórios que a ONU e outras organizações apresentam a respeito da desigualdade de gênero e principalmente étnico racial, traduz o que mulheres negras e indígenas vivenciam no seu cotidiano. Espaços como educação, saúde, segurança, política entre outros não são imaginados sendo ocupados por tais mulheres, a desigualdade de gênero e social está longe de ser um problema resolvido. Contudo, as mulheres cada vez mais vem se organizando e movimentando, para diminuir tais diferenças como aponta Gohn (2014).

Nos movimentos organizados segundo a temática de gênero, as mulheres se destacam por ser as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. [...] quer como grupos de mobilizações de causas femininas quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas. (GOHN, 2014. p. 133-134).

O crescente processo de representação e visibilidade das mulheres indígenas – a partir delas mesma – na (re)construção de suas identidades, não sendo mais uma identidade imposta e difundida pelo colonizador, historiadores e pesquisadores. Mas uma identidade étnica que faz parte da luta das mulheres indígenas, que vem sendo discutidas de forma mais ampla e tendo uma visibilidade maior no cenário nacional e internacional.

³Relatório de Desenvolvimento Humano da América Latina e Caribe 2010. Disponível em: https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/latin_america_andthecaribbeanhumandevelopmentreport2010.html. Acessado em 12 de março de 2020.

Tendo em vista, um movimento de construção do (re)significar com luta e resistência, transformando os sentidos e memórias já estabelecidos acerca das próprias mulheres indígenas e dos povos indígenas, sem deixar de trazer nesse movimento as lutas por melhores condições, principalmente na área da saúde, educação e garantias da terra – através das demarcações.

Em resumo, o movimento de gênero, o movimento indígena, movimento afro-brasileiro, jovens, entre outros, são considerados movimentos identitários e culturais segundo Maria da Gloria Gohn. Uma vez que, conferem aos seus participantes uma identidade centrada em fatores, sejam, biológicos, étnicos/raciais ou de idades. Em vista disso, a partir dos anos 1990 são esses movimentos (identitários e culturais) que passam a surgir, crescendo significativamente e transformando o cenário social. As mulheres são maioria nos movimentos e organizações sociais populares, sempre reivindicando melhores condições de vida, trabalho, segurança, saúde, educação, entre outras pautas. E que essas ações unem categorias sociais, porém, apesar dessa presença ainda existe uma invisibilidade da atuação dessas mulheres.

De acordo com Gohn (2014), os movimentos sociais na atual conjuntura de um mundo globalizado, redefinem e buscam uma nova articulação para com o campo sociopolítico e cultural. De modo que, a autora destaca em três formas organizativas e estruturais, esses movimentos na atualidade. Primeiro: movimentos sociais identitários, que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; Segundo: movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida, trabalho, saúde, transporte, acesso e condições para terra, entre outras; Terceiro: movimentos ligados as lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais. Apresentando assim, o das mulheres com categoria de luta os direitos identitários, mesmo que essas estruturas organizativas se entrelacem.

Movimento de mulheres indígena não era uma pauta frequente, mas no Brasil – principalmente o atual – é uma pauta importantíssima. O movimento de mulheres é cheio de significados, para entender a complexidade e nuances do movimento, que reflete a coletividade, precisam-se discutir os movimentos – no plural. É preciso compreender as demandas individuais de cada um, ao mesmo tempo em que se conversa e relaciona todos. É preciso conhecer o movimento de mulheres indígena, para ouvir suas vozes mais importantes e demandas. Segundo o ISA – Instituto Socioambiental, hoje as mulheres indígenas estão mais organizadas, o instituto mapeou 85 organizações de mulheres indígenas e em 7 organizações indígenas que possuem departamentos de mulheres, o que totaliza 92 organizações presentes em 21 estados no país.

MULHERES INDÍGENA DE RORAIMA

A organização das mulheres indígenas de Roraima (OMIR), tem um papel fundamental no protagonismo dessa mulher. O protagonismo da mulher indígena de Roraima, traz uma nova forma de olhar para esses coletivos. Um olhar de luta, que busca através do diálogo com as demais organizações e movimentos uma força conjunta, para agir contra as mazelas que suas terras e povos sofrem perante o Estado e os interesses particulares de grandes grupos, sejam eles, fazendeiros, garimpeiros, empresários e outros. Contudo, esse protagonismo se fortalece à medida que a mulher indígena ocupa novos espaços, como na educação e/ou na política.

No entanto, mesmo que algumas mulheres indígenas venham buscado assumir funções de porta-vozes e se destacando com certa ênfase no campo político fora de suas comunidades, esta realidade ainda é muito inicial e frágil. Sendo rechaçadas por diversos seguimentos externos, não sendo consideradas aptas para assumirem cargos oficiais de destaque nacional, enfrentando assim uma enorme resistência de pertencer, efetivamente, nesses meios. “São mulheres. São frágeis. São indígenas. [...] Há sempre justificativas que as limitem e mesmo com seus discursos potencialmente emancipatórios, ainda não tem a autonomia e o reconhecimento suficientes para legitimar a autoridade pretendida” (SILVA, 2018, p. 28).

Mas hoje, apesar dessa tentativa contínua de apagar e diminuir a mulher – indígena ou não. Nas eleições de 2018, tivemos pela primeira vez três mulheres indígenas protagonistas na história do Brasil, sendo elas candidatas a Vice Presidência, Senado e Câmara dos Deputados Federal, em que só uma teve êxito e alcançou o mandato. Na trajetória dessas mulheres, além da luta política, participação em movimentos e organizações indígenas e de mulheres indígenas, trazem a experiência da vida acadêmica.

Sonia Guajajara, Telma Taurepang e Joênoa Wapichana – sendo as duas últimas do Estado de Roraima – são mulheres que buscaram nas eleições de 2018 representar efetivamente seu povo, sua etnia e demandas no cenário político brasileiro. Mulheres que tem trajetórias distintas, afinal, uma pessoa sempre terá e viverá experiências de modo diferente de outra, mas ambas têm em comum a trajetória pela sala de aula, a busca por aprender o quê o branco estudo e usar desta linguagem para se fazerem entendidas por todos, e a busca continuam de serem resistência através dos saberes transdisciplinares.



Fonte: fotos disponíveis em de mídia social/Instagram - @telma_taurepang e @joeniawapichana

Telma Taurepang foi candidata ao Senado pelo Estado de Roraima nas eleições de 2018, é formada em Gestão Territorial Indígena pelo Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi secretária do Movimento de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e atualmente é coordenadora Geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB). Representante indígena Telma passou a dedicar sua vivência, a busca pelo reconhecimento e direitos das mulheres indígenas, “Precisamos nos unir mais, deixar as diferenças de lado, independentes de preferência partidária. Quando nos encontramos com mulheres brancas e negras nos empoderamos ainda mais, porque a luta é uma só. Espero que essas parlamentares possam se unir cada vez mais olhando para os direitos das mulheres indígenas”⁴.

Joenia Wapichana é atualmente Deputada Federal pelo Estado de Roraima eleita em 2018 com 8.434 votos, se tornando exemplo de liderança e representatividade feminina nas lutas das mulheres e dos povos indígenas na Câmara Federal. Formada em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) – a primeira mulher indígena formada em Direito no Brasil –, Joenia Batista de Carvalho fez parte do Conselho Indígena de Roraima (CIR) na luta pela demarcação das terras indígenas do Estado de Roraima. Hoje como Deputada Federal busca fazer um mandato coletivo, visando a participação de todos os jovens, mulheres e homens em todas as regiões, trazendo as

⁴ Disse Telma Taurepang, na Câmara dos Deputados para a realização do seminário “Mulheres indígenas e direitos sociais”, realizado em 13 de agosto de 2019.

principais demandas coletivas dos povos indígenas do Brasil, sejam elas da terra, educação, saúde, segurança e garantia dos direitos já conquistados.

Essas mulheres vêm construindo uma visibilidade nacional maior das comunidades indígenas, das lutas e demandas. Transformando a maneira de outras mulheres indígenas no posicionar frente a sociedade opressora e racista. Joênia Wapichana, foi a primeira mulher a cursar direito em uma universidade federal, hoje o cenário é outro, através do seu protagonismo e luta outras mais estão buscando uma formação. Desta forma, vale ressaltar que a UFRR criou o Instituto Insikiran para responder essas demandas específicas dos povos indígenas, além de ampliar as vagas extras nos demais cursos da instituição. “Respeitando a autonomia e debate político em cada curso sem imposição de uma resolução para todos os cursos” (FREITAS, 2019).

Assim, a história de vida de um povo e da mulher precisa ser contada, mas não pelo olhar do colonizador. Trazer a história de vida de uma mulher indígena, pressupõe dar a oportunidade para essa mulher que sempre foi silenciada, de se colocar no/para o mundo de maneira mais efetiva. E hoje, essa mulher que se vê dentro do movimento, vem buscando o seu lugar de fala que possa ao mesmo tempo atingir outras esferas de poder. O protagonismo da mulher indígena, nos traz uma nova perspectiva de movimento e luta, a mulher que “deixa a comunidade”, vai para a cidade em busca de ocupar lugares que antes eram extremamente dominados por uma elite branca, como é o caso da academia, da política, da arte e outros espaços. Ao mesmo tempo que ela cria caminhos para si, abre novas oportunidades para outras mulheres indígenas.

As mulheres indígenas de Roraima, já realizaram uma formação de “perfil da mulher indígena”, apontando diversas características para ser liderança, ao mesmo tempo em que admitem ser possível adquiri-las ao longo do tempo “como a experiência”, também “é um dom”. Mostrando que o apoio da comunidade é importante para o desenvolvimento de um trabalho conjunto, e que as mulheres devem “trabalhar e ensinar”, para serem uma boa liderança.

Desta forma, faz de suma importância para essas mulheres a organização em movimentos, que lhes reconheçam identidade étnica e as demandas que cada povo traz para dentro do movimento. A visibilidade é possível para essa mulher que começa a escrever e contar sua trajetória e de seu povo, trazendo à tona as lacunas, que o colonizador deixou na história e formação do país. Para essas mulheres a comunidade sempre terá uma grande importância nas suas experiências, mas ao mesmo tempo, elas

vêm buscando “politizar as relações cotidianas” para colocar suas demandas lado a lado às dos movimentos indígenas.

Imaginar que até pouco tempo atrás vivíamos em um mundo no qual a história das mulheres não era dignas de serem estudadas e contadas, em que elas eram consideradas tão inferiores, confinadas somente a espaços domésticos e irrelevantes. Mas se essa condição hoje tem mudado, é graças as lutas femininas.

JOÊNIA WAPICHANA

*Somos filhas da ribanceira
Netas de velhas benzedoras,
Deusas da mata molhada,
Temos no urucum a pele encarnada,*

*Lavando roupa no rio, lavadeiras,
No corpo o gigado de carimbozeiras,
Temos a força da onça pintada,
Lutamos pela aldeia amada,*

*Mas, viver na cidade não tira o direito de ser,
Nação, ancestralidade, sabedoria, cultura,
Somos filhas de Nhanderú, Senerú, Nhandecy
O Brasil começou bem aqui...*

*Não nos sentimos aculturadas,
Temos a memória acesa,
E vivemos na certeza de que nossa aldeia
Resistirá sempre ao preconceito do invasor,
Somos a voz que ecoa. Resistência? Sim senhor!⁵*

No ano de 2016 o Brasil passou por uma reviravolta no cenário político, a primeira mulher eleita e reeleita da história no país sofreu um processo de Impeachment e então, seu vice assumiu o poder até as eleições de 2018. Michel Temer⁶ comandou o país por dois anos, e neste comandar em 2017 assinou parecer que pode parar e dificultar as demarcações de terras indígenas, seguindo a tese do “marco temporal”⁷.

Nesse cenário a primeira mulher advogada indígena do país Joênia Batista de Carvalho – Joênia Wapichana – que participou do processo de demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima. Sendo a primeira mulher indígena a fazer uma sustentação oral

⁵ Kambeba, Márcia Wayna. Poema: **Amazonidas**. jan de 2017.

⁶ “Eu jamais apoiei ou fiz empenho pelo golpe”, fala de Temer sobre impeachment de Dilma durante entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura em setembro de 2019.

⁷ Considera que os indígenas passariam a ter direito à terra “desde que a área pretendida estivesse ocupada pelos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal”, em outubro de 1988.

no STF em 2008, o que lhe possibilitou uma visibilidade maior no cenário nacional, mostrou-se completamente contrária a decisão tomada pelo então presidente Michel Temer, e argumentou que tal ato era “um flagrante da violação do direito” dos povos indígenas. Em uma entrevista concedida para Amazônia Real e conduzida por Eliane Rocha, Joênia Wapichana respondeu o que pensava naquele momento sobre a questão do Marco Temporal:

Além de ser absurda, é inconstitucional porque o próprio artigo 231 fala bem claro que são reconhecidos os direitos originários sobre as terras aos povos indígenas. E tem essa tentativa de justamente paralisar as demarcações das terras indígenas no Brasil todo porque não fala que é somente aplicável à Raposa Serra do Sol. O marco temporal é absurdo no sentido de limitar uma determinação, uma obrigação do Estado brasileiro no reconhecimento das terras, que é um direito fundamental dos povos indígenas e tem um interesse muito forte, político e econômico. Nós vemos aí que a bancada ruralista está tentando há muito tempo. A gente analisa pela PEC 215, que tentou trazer e tenta trazer as condicionantes da Raposa Serra do Sol incluindo essa discussão do marco temporal. A tentativa de arrendamento de terras, a questão de exploração dos recursos hídricos e minerais é uma tentativa de violação aos direitos dos povos indígenas, de afetar os mais vulneráveis, que são os povos indígenas, e tentar impor esse interesse político e econômico sobre o direito constitucional. Quando o governo Temer determina o parecer que foi aprovado pela Advocacia Geral da União, o Parecer 001/17, tenta normatizar esse posicionamento do marco temporal da condicionante da Raposa Serra do Sol é uma demonstração clara que existe um posicionamento contra os direitos dos povos indígenas dentro desse governo. Não é suposição, é a própria clareza, é a própria confirmação que não tem qualquer respeito e também não tem qualquer interesse de realizar as demarcações das terras indígenas no Brasil (Joênia Wapichana).

Neste mesmo ano, Joênia Wapichana já havia se filiado ao partido Rede Sustentabilidade, e no ano seguinte de 2018 tornou-se a primeira mulher indígena eleita a Câmara dos Deputados Federais no Brasil. O protagonismo de Joênia começa muito antes desse cenário político, antes mesmo de ser a primeira mulher indígena a fazer uma sustentação oral no STF. Ela foi a quinta colocada no vestibular para Direito pela Universidade Federal de Roraima, na qual disputou com filhos de deputados e filhos de donos de jornais locais, e mesmo com todos os obstáculos e preconceitos conseguiu concluir o curso em quatro anos.

Joênia construiu uma trajetória e identidade junto a comunidade, buscando representar os povos indígenas na luta pelos direitos que por lei são garantidos e ao mesmo tempo lutando por direitos e reparações que ainda não foram totalmente reconhecidos. E o Marco Temporal que mais uma vez entra em cena, agora em uma votação no STF prevista para 28 de outubro de 2020, fere esses direitos e lutas dos povos

indígenas. Como uma forma de lutar de frente pelos direitos dos povos indígenas, Joênia Wapichana foi indicada pelo movimento indígena de Roraima em assembleia geral, para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.

Tudo isso refletiu na construção de minha pesquisa de mestrado, no qual busco apresentar a trajetória de uma mulher indígena que atualmente ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados Federais do Brasil. “*Somos a voz que ecoa. Resistência? Sim senhor!*”, Joênia Wapichana é Deputada Federal pelo Estado de Roraima, tornou-se uma personalidade de destaque nacional e internacional no cenário político brasileiro, por ser uma voz feminina indígena que ecoa, que é resistência e que luta pelas pautas indígenas.

Joênia Wapichana não é simplesmente uma mulher na política, não podemos reduzir a vivência e história de uma mulher somente pelo status que ela ocupa, em determinado momento de sua vida. Uma mulher quando alcança visibilidade – que para muitos homens é simples por questões de gênero – traz consigo uma trajetória que por muitas vezes é de pura resistência. A trajetória de uma pessoa está ligada a suas vivências e aprendizado ao longo de sua vida, resultando em sua identidade e suas pautas de luta na sociedade.

A trajetória protagonista de Joênia Wapichana merece ser conhecida, quantas mulheres se inspiram em outras por suas lutas, seus posicionamentos em defesa da vida e do bem comum? Muitas, mas para continuarmos a reconhecer o valor da mulher na coletividade precisamos conhecer e valorizar sua história. “*Somos filhas da ribanceira, Netas de velhas benzedeiras, Deusas da mata molhada*”, reivindicar espaços de poder e fala para nós mulheres é uma tarefa diária e árdua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas no Brasil ocupam a condição de sujeitos históricos, reagindo a toda investida de violação e conquista de seus territórios tradicionais, expostos em diferentes momentos da expansão capitalista decorrentes do desenvolvimento econômico do País (CUNHA, 2009). Esta questão não se deu de maneira diferente, no Estado de Roraima, os povos indígenas sofreram injustiças históricas advindas de processos de alienação de seus territórios e seus recursos naturais (SANTILLI, 1992; FARAGE, 1992). A percepção da história indígena de Roraima, foi construída por uma “elite” dominante que sempre subjugou a legitimidade dos direitos indígenas, por isso a importância de dar

voz aos povos indígenas, para que assim possam reescrever sua história e identidade étnica.

Eu encorajo bastante as mulheres e tenho dito que não quero ser a única e nem a última representante política parlamentar indígena. [...] A minha própria representação serve de exemplo para que as mulheres vejam que podem exercer esse direito político de se candidatar e ocupar posições de representação em espaços de tomada de decisão. Isso é super importante. (Joênia Wapichana)⁸.

Conhecer, compreender e apresentar a trajetória de uma mulher, uma mulher que luta e enfrenta diariamente seus opressores como é o caso da atual Deputada Federal Joênia Wapichana, faz-se de suma importância para a história e relações de como vemos o mundo e suas configurações atuais. Trazer uma reflexão dos “novos” sujeitos e identidades que lutam, para dar mais voz ao seu coletivo mesmo correndo o risco de serem silenciadas, faz com que outros sujeitos e movimentos se impulsionem no cenário nacional e internacional. É necessário entender os movimentos, mas sobretudo os sujeitos que o impulsionam e ajudam a criar uma identidade coletiva de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes (LC/CRM.14/3), Santiago, 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45032-la-autonomia-mujeres-escenarios-economicos-cambiantes>>. Acessado em 12 mar 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com Aspas e Outros Ensaios. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo José Brando. Estado de Sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1992.

FREITAS, Marcos Antonio Braga; TORRES, Iraildes Caldas. “O Movimento de Mulheres Indígenas em Roraima: O protagonismo feminismo na luta pelos seus direitos”. Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13º Women’s Worlds Congress. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ISA – Instituto Socioambiental. Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas->

⁸ Em entrevista para o jornal O Globo, out 9, 2020.

topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>. Acessado em 12 set. 2020.

SILVA, Flávia Campos. Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. *RALED* vol. 18, n. 2, 2018.

SUL21. “‘A política pública não chega na mulher indígena’, diz Telma Taurepang”. Sul21 [28/10/2019]. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2019/10/a-politica-publica-nao-chega-na-mulher-indigena-diz-telma-taurepang/>>. Acesso em: 01 dez 2019.

WAPICHANA, Joênia. No Dia Internacional dos Povos Indígenas, a deputada federal Joênia Wapichana (Rede-RR) fala sobre o impacto do Covid-19 e reforça a importância das lideranças femininas. Entrevista concedida a Leda Antunes. *O Globo* – out 9, 2020. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/celina/nao-quero-ser-unica-nem-ultima-diz-joenia-wapichana-primeira-mulher-indigena-eleita-deputada-federal-24571513>>. Acessado em: 09 out 2020.

WAPICHANA, Joênia. Em entrevista exclusiva, a líder indígena de Roraima fala sobre a tese que surgiu no julgamento da Raposa Serra do Sol. Entrevista concedida a Eliane Rocha. *Amazônia Real* - Set 13, 2017. Disponível em: < <https://amazoniareal.com.br/marco-temporal-para-joenia-wapichana-parecer-de-temer-e-um-flagrante-de-violacao-do-direito-dos-povos-indigenas/>>. Acessado em: 12 set 2019.

The Protagonist Trajectory of an Indigenous Woman: Joenia Wapichana Federal Deputy of Roraima

The leadership of the first indigenous woman in a chauvinistic and patriarchal power space which have always been male-dominated. Politics was - and continues to be – one of the main struggle spaces for feminism, in order to narrow down the differences in gender representativeness. The advance and wins on election rights, power quotes and woman political participation in public policies, have allowed, nowadays, that politics start to feel the presence and sensibility o woman. Currently, The Chamber of Deputies has 238 women elected out of a total of 513 federal deputies, among them is the first indigenous woman elected to a legislative mandate. Joenia Batista de Carvalho - Joenia Wapichana, who is a protagonist in the struggles of indigenous peoples. Her life's history is fill out with trajectories that legitimize her flag of struggle for women and indigenous people. The role of indigenous women participating in politics is a result, at a general level, of the influences of women's movements, and at the same time the gender struggles in the pursuit of equality and equity of rights. Therefore, this study brings as a starting point the trajectory of Joena Wapichana as a leadership example on gender struggles, through building the narratives and life stories of the first indigenous woman elected Federal Deputy of Roraima.

Keywords: Indigenous Woman; Gender; Power; Trajectory; Deputy.